

Narratividade e discursividade: pontos de referência e problemáticas*

*Traduzido do francês por Ivã Carlos Lopes

DENIS BERTRAND
Universidade de Paris VIII / França

Resumo

Nesse texto panorâmico, o autor traça um apanhado do modelo global da semiótica francesa, conhecido como “percurso gerativo”. Seguindo as propostas de A. J. Greimas, expõe a distribuição, ao longo de diferentes níveis de abstração, das etapas que simulam a geração do sentido, num itinerário que vai do mais abstrato ao mais concreto e do mais constante ao mais variável. Depois de uma breve discussão sobre as premissas dessa corrente semiótica, são contempladas as estruturas narrativas profundas e superficiais, com especial destaque para a teoria das modalidades, e em seguida as estruturas discursivas, em sua dupla organização sintática e semântica. A problematização do tratamento semiótico da enunciação conduz, por fim, a uma série de questionamentos sobre as feições gerais do modelo greimasiano e sobre sua possível evolução histórica.

Palavras-chave

percurso gerativo, narratividade, discursividade, enunciação.

Abstract

This text is a quick glance at French Semiotics global model, known as the “generative trajectory”. Following A. J. Greimas’s steps, the author explains the distribution of layers of different abstraction levels, which simulate the meaning generation from the abstract towards the concrete, from the constant towards the variable. Revisiting the basic principles of Paris School Semiotics, the author presents the deep and the superficial narrative structures, focusing on modalities theory; he also studies both syntactic and semantic organization of the discursive structures. Inquiring into the semiotic approach of enunciation, the text brings up some questions about the general outline of the Greimassian model and points out possible evolutions in the near future.

Key words

generative trajectory, narrativity; discursivity; enunciation.

Costuma-se definir a semiótica por meio de uma fórmula lapidar: “teoria geral da significação”, oposta, desde logo, à não menos clássica definição dessa mesma disciplina como “teoria do signo e dos sistemas de signos”. A distinção entre essas duas formulações é, para um semioticista formado pela “Escola de Paris”, crucial e carregada de conseqüências. Para ele, como para qualquer teórico da linguagem, a tarefa é por certo produzir e explorar modelos metalingüísticos que simulem, de maneira explícita, adequada e coerente o funcionamento de fenômenos observáveis; mas a própria localização dos fenômenos em questão é a seus olhos problemática e depende de uma decisão epistemológica essencial. No que diz respeito ao *signo*, efetivamente, o fenômeno focalizado é mantido no nível da materialidade empírica dos “formantes” capazes de provocar ou de traduzir representações significantes (quer se trate dos diversos tipos de signos considerados em sua relação com o referente, quer das diferentes linguagens, verbais, visuais, gestuais etc.); já no que diz respeito à *significação*, ao contrário, procurar-se-á isolar aquilo que poderia ser denominado a “materialidade” dos efeitos de sentido que os signos engendram pelo próprio fato de sua realização em discurso. Isso pressupõe, obviamente, que se postule a unicidade da significação enquanto fenômeno próprio de articulação de formas, tanto sob o ponto de vista de sua produção ou apreensão por sujeitos enunciadoreis, quanto através dos diferentes veículos que ela empresta para se manifestar. São, portanto, os processos de efetuação e organização discursiva do sentido que constituem o objeto da semiótica. Esta se apresenta como um *conjunto conceptual* de instrumentos e procedimentos hierarquizados que, progressivamente elaborado ao longo das pesquisas, rearticula

incansavelmente a questão de sua validade, seguindo três direções principais: em primeiro lugar, explorando as possibilidades de análise e formalização dos postulados sobre os quais está assentado (em especial, com a discussão e reformulação dinâmica do conceito de estrutura a partir dos modelos matemáticos da morfogênese e da “teoria das catástrofes”); em seguida, reforçando a homogeneidade metodológica de seus conceitos descritivos (com a notável expansão da sintaxe modal, que permitiu à teoria semiótica ultrapassar o cenário restrito dos discursos narrativos); enfim, integrando sem cessar novas problemáticas, como as da “manipulação”, das “paixões”, da “figuratividade”, da “ética” etc. (que, como se pode conceber, permitem pôr à prova a eficácia e os limites dos modelos existentes, mas sobretudo algo menos evidente, que é sua capacidade de se desenvolver, refinar e enriquecer).

2. Os postulados básicos

A análise das narrativas constitui decerto, tanto pela diversidade dos horizontes de investigação quanto pela confiabilidade dos resultados, um dos produtos mais convincentes, duráveis e fecundos da corrente “estruturalista”, tal como esta se expandiu principalmente nos domínios antropológico e semiológico. Numerosas “gramáticas” e numerosas “lógicas” narrativas surgiram, com ambições variáveis, às vezes mais, às vezes menos seguras de sua cientificidade. Entretanto, a utilização apressada dos modelos – em pedagogia ou em outros domínios, nos quais acabam às vezes se perdendo, pelo caminho, os detalhes da teoria – pode reduzir o aparato metodológico da narratividade a uma tecnologia estreita e simplificadora, fazendo crer, pelo mero fato da submissão de qualquer texto ao seu crivo, que o sentido deste já tenha sido esgotado... Eis uma ilusão que devemos dissipar logo de início, conscientizando-nos de que a análise narrativa, ou antes a análise do componente narrativo dos discursos, não capta seu objeto (o texto) a não ser em um de seus níveis de organização, estipulando, no mesmo ato, vários outros níveis de apreensão com os quais este se articula. Raras são as teorias, no âmbito dos discursos, que souberam explicitar com nitidez essa exigência

metodológica segundo a qual não é possível descrever com minúcia as redes de significação extremamente complexas que todo texto institui, sem dissociar diferentes níveis de apreensão, sem praticar, no interior do método, o pequeno “abalo sísmico” que consiste em estratificar a análise em patamares distintos, embora estreitamente solidários, que vão das estruturas mais abstratas e gerais até as formas mais específicas e concretas da manifestação. Assim, a dimensão narrativa constitui um desses patamares, que, composto com os outros, mais “profundos” (como o da estrutura elementar das figuras semânticas) ou mais “superficiais” (como o das personagens ou dos topônimos dentro de um relato, por exemplo), participa plenamente da coerência do conjunto. Tal teoria, que pretende apreender de maneira imanente o sentido no interior do próprio texto, sem se preocupar em introduzir o menor elemento analítico extradiscursivo (de ordem psico-cognitiva ou sociológica, por exemplo), assenta, bem entendido, sobre certos postulados que lhe definem o campo de pertinência e justificam suas articulações internas.

2.1 O princípio de imanência

Ao tomar por objeto o texto, a semiótica situa sua intervenção no âmbito de uma teoria da linguagem e de sua efetuação em discurso. Postula, antes de mais nada, que o texto forma um “todo” de significação que comporta em si mesmo os princípios de sua própria completude: um mundo de representações vai se introduzindo ao longo das frases, abrindo-se desde a primeira e fechando-se após a última. Em tal mundo se associam de uma determinada maneira os elementos selecionados nos dois planos, o do significante e o do significado, que o constituem. Quais são, pois, as formas e relações que regem essas representações textualizadas? Se o sentido – que, passo a passo e palavra após palavra, vai se configurando – não é nunca redutível à soma do sentido das palavras, nem tampouco do sentido dos enunciados em que elas se ordenam e encadeiam, a qual modelo de descrição poderia ele ser referido? E sobre quais fundamentos epistemológicos poderia ser construído? Com questões como essas, a semiótica não nega a importância das determinações vindas dos

universos psicológicos individuais ou socioculturais de referência, que atuam nas práticas de produção e leitura, mas ela apenas restringe seu objeto à articulação das formas da significação: ela aspira à constituição de uma lingüística discursiva apta a analisar tanto essas amplas porções de significação que comandam uma certa ordem do sentido e que são denominadas por vezes “macroestruturas”, quanto às finas marcas em que se tramam as formas específicas do conteúdo, tais como são propostas ao leitor por cada texto particular. Em suma, essa lingüística do discurso terá de assumir a análise das formas enunciadas, bem como a de seus modos de cumprimento no âmbito da enunciação.

2.2 A disposição gerativa

Paralelamente a essa primeira hipótese, que permite encarar o texto como um universo (relativamente) autônomo, esboça-se uma outra hipótese teórica já sugerida, que é a dos diferentes níveis de abstração a serem concebidos para se descrever a significação. Desnecessário dizer que tais “níveis”, postulados e construídos pela teoria, não têm a pretensão de corresponder a patamares de existência empírica do sentido¹. São constituídos como níveis metalingüísticos articulados uns aos outros e conversíveis uns nos outros, tratando-se portando de um simulacro metodológico – sobre o qual voltaremos a falar, ao tratar da enunciação. No entanto, uma experiência comum permite perceber a abstração elementar que cada um opera no transcurso da semiose: ao reconhecer intuitivamente que um texto escrito, um filme, uma história em quadrinhos, uma mímica, um quadro de pintura podem, mais aquém das especificidades de cada código e das múltiplas variações discursivas próprias a cada enunciador, contar a mesma história, assumimos no mesmo gesto a relativa independência da organização narrativa frente à prática significativa que a põe em cena. Admitimos, por um lado, que ela está subjacente à

1. Nesse sentido, o dispositivo “gerativo” da análise não pode ser identificado com um projeto “genético”, que se propusesse a descrever os modos de produção efetiva da significação.

manifestação e, por outro, que ela corresponde a uma “competência” narrativa que concede a todo e qualquer locutor a capacidade de reconhecer e produzir incessantemente “relatos”. O exame das formas narrativas subjacentes, que constituem essa competência, delimita um objeto próprio de análise, independentemente das formas discursivas, verbais ou não-verbais, passíveis de promovê-las e veiculá-las.

2.3 O postulado estrutural

Sendo uma investigação sobre o funcionamento da significação posta em discurso, a prática semiótica pressupõe uma teoria do sentido. Nesse terreno, parece-nos indispensável remontar às fontes da reflexão atual, tais como estão expostas em *Sémantique structurale* (Greimas, 1966). Baseando-se na hipótese hjelmsleviana segundo a qual o plano do conteúdo é a um só tempo “forma” e “substância”(Hjelmslev, 1975)², a exemplo do plano da expressão, e considerando que, por ser forma, ele pode ser articulado em unidades discretas, A. J. Greimas demonstrou como se constituíam, num contexto mínimo de atualização, as figuras semânticas elementares. Estas, com efeito, não podem ser ligadas apenas às unidades do léxico que as manifestam e que, consideradas isoladamente, não são senão feixes de virtualidades. Como a significação só pode surgir de um contexto, a semântica estrutural é, por definição, uma semântica contextual³. Encontra-se, desde a origem, nos limites do discurso. A análise deverá, em conseqüência, discriminar dois tipos de unidades elementares do conteúdo, ou semas: aquelas que são inerentes ao lexema (chamadas “semas nucleares” ou “núcleo sêmico”) e aquelas que estão ligadas à contextualização do lexema (chamadas “classemas”). A estreita solidariedade entre esses dois tipos de unidades forma uma combinatória que corresponde à unidade semântica

2. Ver, em particular, o capítulo 13.

3. *As significações ditas lexicais de certos signos são sempre apenas significações contextuais artificialmente isoladas ou parafraçadas. Considerado isoladamente, signo algum tem significação. Toda significação de signo nasce de um contexto.* (Hjelmslev, *op. cit.*, p. 50).

efetivamente realizada, resultando daí o “efeito de sentido” tal como aparece no enunciado (chamado “semema”). Cada tipo de unidade, seja do nível sêmico, seja do nível semêmico, define-se por sua inserção no interior de uma estrutura diferencial, conhecida pelo nome de “quadrado semiótico”. Este se apresenta como um modelo de relações interdefinidas que, a partir do desdobramento do conceito não definido de *oposição* (“vs”) em oposição qualitativa (contrariedade) e oposição privativa (contradição), permite identificar, por proximidades e diferenças, as unidades semânticas, e, assim fazendo, ordená-las em microuniversos de significações. A iteração dessas formas – qualquer que seja seu nível de apreensão – no interior dos enunciados assegura a permanência e compatibilidade dos efeitos de sentido e instala no discurso porções homogêneas de significação, sobre as quais se apóia a continuidade da leitura; é a essa recorrência fundamental, bastante complexa quando se tenta analisar suas variedades de investimento, que A. J. Greimas dá o nome de *isotopia*.

É óbvio que, assim sumariamente esboçada, a apresentação do quadro teórico da semântica do discurso não faz mais que entreabrir a problemática. Mas tudo o que desejamos no momento é indicar os poucos pontos de referência que nos parecem essenciais para introduzir, em bases claras, o problema da narratividade. Eles já anunciam, de toda maneira, o quanto uma teoria do sentido em discurso está distante de uma teoria dos signos, e mostram também que há certa leviandade em se evocar, acerca da semiótica, uma “metafísica do signo”⁴, quando o problema não é o do signo enquanto figura objetiva, porém o de sua efetuação enquanto construção de sentido. Toda a metalinguagem de descrição, com seus modelos e procedimentos, tende unicamente a explicar, de modo tão rigoroso quanto possível, esse fenômeno dinâmico de construção.

2.4 A transformação narrativa

Em consonância com as hipóteses de uma teoria do sentido, a narrativa aparecerá, antes de mais nada, como uma *transforma-*

4. A expressão é de Meschonnic, 1982.

ção de conteúdo. Exercendo-se necessariamente sobre um fundo isotópico, a dinâmica própria ao discurso narrativo – ou, melhor dizendo, à narrativização do discurso – apóia-se em termos simples sobre a passagem de um conteúdo 1 para um conteúdo 2, inversão do primeiro. É, por exemplo, a passagem de “pobreza” e “humilhação” para “riqueza” e “elevação”, realizada por Cinderela em virtude da configuração de seu casamento com o príncipe⁵. No cerne da teoria, encontram-se portanto a oposição e a solidariedade de duas abordagens, a da continuidade, que toma forma, entre outras, nas isotopias semânticas, e a da descontinuidade, que se insere nas transformações narrativas. Nessa perspectiva, a estrutura se mostra como uma rede formal de relações que permite definir a constituição paradigmática dos termos do conteúdo e o sistema de suas compatibilidades, permitindo ao mesmo tempo analisar seu dinamismo sintagmático, tal como este é realizado nos predicados transformadores. A metodologia semiótica consistirá, conseqüentemente, em instaurar um conjunto de noções e procedimentos aptos a descrever, de maneira cada vez mais detalhada, a constituição, evolução e transformação dos conteúdos. No que diz respeito à análise concreta dos textos, ela deve permitir que se depreendam, a partir desses postulados de imanência, as regras que projetam seu sentido específico com base nos modelos gerais, e até mesmo, eventualmente, permitir que se veja a que “operação fundamental” eles remetem em si próprios.

3. A narratividade restrita ao relato

3.1 O enunciado narrativo

Não vamos retomar aqui os estudos de Vladimir Propp, que, embora constituam a principal fonte antropológica de inspiração da semiótica narrativa, correspondem, em última instância, a um projeto distinto (Propp, 1970). Ao descobrir as “funções” – seu número limitado e seu modo invariável de sucessão –, V. Propp (1970, p. 31)

5. Ver a análise de Cinderela realizada por Courtés, 1970.

buscava depreender “os constituintes fundamentais do conto” que se ocultam no aparente labirinto das histórias, sob a efervescência das personagens e das intrigas. Ele pretendia oferecer, com isso, novas possibilidades para a análise genética que os folcloristas praticavam de maneira intuitiva. O semioticista, por sua vez, desprendeuse do contexto inicial e tentou evidenciar modelos sintáxicos mais abstratos, passíveis de explicar todo e qualquer processo narrativo. As trinta e uma funções de Propp, com seu caráter figurativo documentário e cronológico⁶, não constituem verdadeiramente uma estrutura profunda, mas antes *um artefato da estrutura de superfície* (Ricœur, 1980): nelas resume-se o conto único do qual cada um dos contos maravilhosos russos é, no final das contas, apenas uma variante. Já para o semioticista, não é na sucessão dos acontecimentos encadeados – tais como o *corpus* os concatena – que se deve procurar o princípio de construção do modelo, e sim no próprio discurso, na sintaxe das relações que ele deixa prever entre os actantes, por intermédio dos predicados: *O microuniverso semântico só pode ser definido como um universo, isto é, como um todo de significação, na medida em que possa surgir a qualquer momento diante de nós como um espetáculo simples, como uma estrutura actancial* (Greimas, 1966); em outras palavras, como uma estrutura narrativa. Esta assumirá a forma elementar do enunciado narrativo, passível, no nível de generalidade em que se situa sua formulação, de subsumir o conjunto das funções proppianas, porém desprendendo-se do estreito molde etnoliterário que limitava seu alcance. Unidade sintagmática de base da narratividade, o enunciado narrativo se define como uma relação-função entre no mínimo dois actantes: $En = F(A_1, A_2, \dots)$. Na verdade, a porção indutiva da metodologia semiótica permitiu que se evidenciassem, a partir da análise de extensos *corpora*, duas classes principais de relações actanciais: a relação de comunicação (Destinador → Destinatário) e a relação de busca (Sujeito → Objeto). Nesse quadro geral, as funções, no sentido proppiano, como por exemplo “interdição”, “transgressão”, “reconhecimento”,

6. Para um exame crítico, em pormenor, da contribuição e dos limites da análise proppiana, ver A. J. Greimas, “Les acquis et les projets”, prefácio a J. Courtés, 1980.

“combate” etc., passam a ser encaradas como investimentos particularizantes de enunciados narrativos.

3.2 O programa narrativo

Em qualquer momento que a apreendamos, essa relação-função pode ser formulada por um predicado do tipo “ser” ou “ter” e/ou suas negações “não ser” ou “não ter”, predicado cujos termos resultantes são os actantes. O sujeito está ou em conjunção ou em disjunção com seu objeto, o qual, precisamente em virtude dessa relação com o sujeito, vê-se dotado de um valor. Tal relação, que é constitutiva de um *estado* e por isso mesmo denomina-se *enunciado de estado*, forma a unidade de conteúdo fundamental da sintaxe narrativa, recebendo a seguinte formulação simbólica:

$En_1 = S \cap O$ (o sujeito está em conjunção com o objeto),

$En_2 = S \cup O$ (o sujeito está em disjunção com o objeto).

Em seu desenrolar sintagmático, a narrativa é feita de passagens sucessivas e complexas de estados de disjunção (correspondentes, por exemplo, à função da “falta”) a estados de conjunção (correspondentes ao seu corolário paradigmático, a “liquidação da falta”) e vice-versa. Essas passagens são promovidas por um segundo tipo de enunciados narrativos de base, os quais, regendo os enunciados de estado, garantem a transformação: trata-se dos *enunciados de fazer*. A cada enunciado de estado e a cada enunciado de fazer correspondem, na estrutura actancial, um sujeito de estado (S_1) e um sujeito de fazer (S_2); o conjunto formado pela operação de transformação de um estado a outro é chamado de *programa narrativo* (PN):

$$PN = F [S_2 \rightarrow (S_1 \cap O)]$$

ou

$$PN = F [S_2 \rightarrow (S_1 \cup O)]$$

Qualquer narrativa pode, assim, ser analisada como uma série hierarquizada de programas narrativos cuja estrutura constante é

investida de figuras actoriais ou temáticas variáveis. Nesse nível, o modelo se apresenta como um algoritmo elementar cujo aspecto, quase trivial, não nos deve fazer esquecer que é na complexificação dos modelos recorrentes que se situa a eficácia heurística desse tipo de análise.

É o mesmo modelo de programa narrativo que irá permitir, por exemplo, analisar o problema da formação da competência do sujeito, pressuposta pela performance, ou seja, pela “passagem ao ato”, e cuja problemática é estudada pela teoria das modalidades *Langages*, 43 (1976). Indicamos apenas, a esse respeito, que a partir da definição tradicional da modalidade, compreendida como “aquilo que modifica um predicado”, admite-se que os predicados de “fazer” e de “ser”, por meio dos quais se realiza a performance, podem ser modificados pelos valores modais do /querer/, do /dever/, do /poder/, do /crer/ e do /saber/. Se o inventário se reduz provisoriamente a apenas esses verbos modais, no âmbito da sintaxe narrativa, é em razão do papel fundamental que eles desempenham na organização dos discursos, conforme sobressai de numerosas análises de relatos. A conjunção do sujeito com os objetos modais constitutivos de sua competência ocorre, sob a forma de enunciados de estado, ao cabo de programas narrativos de aquisições e/ou de perdas, cujo desdobramento pode até recobrir, por vezes, a totalidade de uma narrativa: é o caso, por exemplo, dos relatos de iniciação.

3.3 O percurso narrativo

Estáveis em sua formulação simbólica, variáveis em seu conteúdo (podem incidir sobre objetos modais ou objetos descritivos), os programas narrativos encadeiam-se de acordo com uma ordem sintagmática – é o *percurso narrativo* do sujeito –, cuja organização foi reconhecida como ternária. Um contrato inicial entre Destinador (fonte dos valores no universo de referência) e Sujeito dá origem a um percurso de aquisição de competência ou de qualificação (“prova qualificante”); este é seguido de um percurso de performance, relato da “ação” e pivô do conjunto, que pode ser o palco de uma confrontação ou de uma transação entre o Sujeito e o

Anti-sujeito (“prova principal” ou “decisiva”), e de um percurso de reconhecimento cognitivo e (eventualmente) pragmático, marcado positiva ou negativamente, em função do universo axiológico estabelecido, reconhecimento esse efetuado pelo Destinador-julgador (etapa chamada muitas vezes de “prova glorificante”, mas que, para se evitar qualquer conotação positiva, deveria ser denominada, de preferência, “prova sancional” ou simplesmente “sanção”). A sucessão das três provas, que corresponde a uma ordem de pressuposição lógica (a sanção pressupõe a performance, que pressupõe a competência, que pressupõe a qualificação e o contrato), é geral o bastante para ser erigida em modelo hipotético: as três instâncias desse esquema sintagmático, estejam elas manifestadas na ordem que acabamos de apontar, numa ordem diferente (em virtude das opções discursivas do enunciador) ou até mesmo manifestadas apenas em parte, constituem conjuntamente o *esquema narrativo* canônico, espécie de suporte implícito da competência narrativa de todo locutor, implicado em suas atividades de produção de narrativas, tanto pela escrita quanto pela leitura⁷.

Paralelamente aos percursos distribuídos nesse esquema, a teoria semiótica reconhece também a existência de uma outra rede, inversa à primeira: em vez de falar do “vilão” ou do “oponente” (que intervêm localmente, por ocasião da prova decisiva), parece mais justo considerar globalmente o percurso de um anti-sujeito, que também se organiza pela sucessão sintagmática das provas e se orienta pela aquisição de um mesmo objeto de valor. Por mais que possa estar, às vezes, ocultado na manifestação discursiva da narrativa, esse percurso adota o mesmo esquema; distingue-se apenas pela

7. Esse esquema geral ajuda a articular e a interpretar diferentes tipos de atividades, tanto cognitivas quanto pragmáticas, escrevem Greimas e Courtés (1979): *A sucessão das provas* [...], assinalam os autores, *parec[e] regida por uma intencionalidade reconhecível a posteriori* (*ibid.*, p. 297). O alcance hipotético de tal esquema parece-nos, com efeito, considerável, no que tange aos “esquemas inferenciais” pelos quais se constrói a leitura e se forma a interpretação. A hipótese subjacente, ligada à “esquemática narrativa”, é a de que os processos lógicos que se desenvolvem a partir da gramática actancial, anteriormente a qualquer investimento, corresponderiam a “modelos mentais” capazes de orientar a maneira como o sentido se articula e organiza.

atribuição dos valores, contrários aos que se afirmam no interior do percurso do sujeito, em função das decisões, dos privilégios ou das filiações axiológicas do narrador. Emerge assim a *estrutura polêmica*, princípio fundamental da narratividade que, oscilando entre o conflito e o contrato, caracteriza toda comunicação de valores.

O esforço de abstração e generalização que instaura a narratividade como um componente central na teoria do discurso tende, como se vê, a “desprender” o metadiscurso do analista do discurso-objeto que ele examina; é o preço a pagar para se ter esperança de ultrapassar os modelos etnoculturais que constituíram o campo inicial de investigação. Esse esforço também tende a construir um simulacro do modo de geração dos discursos narrativos: organizando a análise a partir dos diversos níveis de apreensão – desde as figuras semânticas infinitamente variadas que aparecem na superfície do texto até as articulações lógico-semânticas elementares que as comandam em profundidade –, o analista é levado a reconhecer a organização narrativa como um patamar intermediário que possibilita a apreensão, em um de seus níveis de coerência, desse tipo particular de textos que denominamos “narrativas”. Estendendo, contudo, esses modelos analíticos, ele descobre, dentro de seu raio de ação, discursos de toda sorte que também correspondem aos mesmos esquemas de organização. A *narratividade*, ultrapassando agora os limites estreitos dos relatos figurativos, permite de fato analisar o funcionamento de textos que provêm, em aparência, de uma ordem de discursos totalmente distinta.

4. A narratividade estendida ao discurso em geral

Noção-chave da semiótica narrativa, podendo ocupar um lugar de destaque numa teoria dos universais da linguagem, a noção de actante passou por um desenvolvimento considerável no decorrer das pesquisas e foi-se progressivamente despegando de sua matéria-prima, a dos discursos figurativos provenientes do folclore e da mitologia. Com efeito, se foi na matriz dos discursos narrativos que o modelo actancial nasceu, expandiu-se e consolidou-se, foi todavia em um campo ampliado aos discursos não

figurativos que se pôde pôr plenamente à prova sua eficácia heurística. Esse desdobramento, que a nosso ver constitui um dos principais aspectos da investigação semiótica na década de 1970, foi consagrado pela publicação de um conjunto de análises de textos de ciências sociais – textos antropológicos, filosóficos, politológicos etc. (Greimas; Landowski, 1979) – submetidos aos princípios fundamentais da mesma metodologia descritiva. Um primeiro resultado dessas análises foi a dissolução da fronteira comodamente admitida entre os discursos que põem em cena os “feitos e condutas” dos heróis, por um lado, e, por outro, aqueles que oferecem, sob uma forma discretamente narrativizada, o espetáculo da produção dos conhecimentos pelo “cientista”. Ruptura essencial, pois relativiza a oposição entre o figurativo e o abstrato: da mesma maneira como os discursos abstratos se organizam em função de modelos semionarrativos comuns a todo discurso, os discursos figurativos também instauram em profundidade, paralelamente às ações das personagens, modelos de conhecimento e de inteligibilidade que atingem a mais estrita abstração.

Assim, à proporção que se ampliava o horizonte de seus objetos – tanto no âmbito das semióticas não verbais, quanto no das semióticas verbais –, o aparato teórico da narratividade em si foi se homogeneizando e enriquecendo, evoluindo principalmente em três direções: a das estruturas modais, a da dimensão cognitiva dos discursos e, por fim, a do sujeito.

4.1 O desenvolvimento das estruturas modais

O estudo sobre as estruturas modais corresponde, em grandes linhas, a um movimento de depuração conceptual. Lembremos que, num primeiro momento, tinha-se passado da apresentação documental e figurativa das “funções” do conto maravilhoso a uma formulação homogênea e abstrata em termos de enunciados e programas. Em seguida, operou-se uma reorganização análoga da problemática das “provas” do esquema narrativo, que viriam a ser interpretadas em termos de percursos actanciais (envolvendo os actantes Destinador, Sujeito e Objeto) e como configurações modais destinadas

a alicerçar a competência dos actantes (sendo o actante um mero termo resultante de uma seqüência modal). Dessa maneira, a performance do sujeito (a “prova decisiva”), que se baseia no predicado modal /fazer-ser/, correspondente à definição do ato enunciado, traz consigo o projeto geral de uma semiótica da ação. O contrato inicial entre Destinador e Sujeito remete à questão da factitividade, formulada em termos de /fazer-fazer/, daí se depreendendo a problemática da manipulação de um sujeito por outro sujeito; por fim, uma vez que o reconhecimento final da “ação” realizada remete ao /saber/ da instância julgadora quanto ao ser e/ou ao fazer do sujeito da performance, este último segmento articula a problemática geral da sanção.

A aparente simplicidade de tal modelo, rapidamente esboçado aqui, não deve nos iludir: manipulação, ação e sanção constituem precisamente os lugares em que se dá a fusão, característica do método semiótico, entre as fontes antropológicas – que fornecem modelos ideológicos de representação do sentido – e as fontes lingüísticas, que possibilitam a formalização das coerções semântico-sintáticas das línguas naturais. Simples em seu princípio, as estruturas modais permitem, na verdade, analisar, mediante processos de complexificação e regras de recursividade⁸, uma considerável variedade de fenômenos, tanto micro- quanto macrodiscursivos. Sua imensa vantagem sobre outros instrumentos de análise dos discursos é a de explicitar e manter o elo entre as formas de linguagem manifestadas (analisáveis a partir das operações lógico-discursivas executadas pelo sujeito falante⁹) e os modelos semânticos constantes que regem tais formas e que, enraizando-se em configurações ideológicas de grande generalidade (como por exemplo a estrutura dinâmica dos actantes), são, por sua vez, necessariamente de cunho

8. Tais fenômenos de recursividade dos modelos, que até o momento ainda não receberam nenhuma formulação explícita em termos de “regras”, constituem, em última instância, o essencial do trabalho dos semioticistas nos últimos anos. Eles emergem da diversidade dos campos de aplicação das estruturas modais e de suas formas de investimento (estamos pensando, em particular, na problemática das paixões e na das relações entre crer e saber).

9. Aludimos, neste ponto, às pesquisas sobre a teoria da argumentação, representadas principalmente por J. -B. Grize.

sociocultural. Desse modo, a teoria semiótica põe à mostra, nos arcanos de sua construção metalingüística, um *continuum* denso, que conduz de nível a nível, desde as “coerções do pensamento mítico” (Courtés, 1973) até os problemas aparentemente muito específicos da semântica lexical¹⁰.

Se por um lado as estruturas modais fundamentam as macrofiguras da manipulação, da ação e da sanção, tendo no “relato de vida” a forma canônica e ideal de sua manifestação, elas também podem – eis sua força – exercer em outros domínios e de outra maneira sua capacidade analítica. Assim é, por exemplo, que o Sujeito da performance pode ele próprio ocupar, no desenrolar de seu percurso, e dependendo do contexto narrativo, a função actancial de Destinador e ser constituído como Sujeito manipulador e/ou julgador. Por outro lado, o percurso do Destinador manipulador, na sucessão linear das seqüências, não tem de ser necessariamente apresentado antes do percurso do Sujeito (em consonância com o encadeamento sintagmático do modelo), mas pode igualmente aparecer inserido dentro desse percurso, em função das decisões estratégicas do narrador que, “suspendendo” a manifestação de segmentos previsíveis, multiplicará as indagações do leitor acerca da coerência narrativa¹¹. Ainda sob um outro ponto de vista, o modelo de referência torna possível a análise de configurações intersubjetivas encaradas em outras teorias como macroatos de linguagem, tais como a promessa ou a adulação, além de configurações passionais, como por exemplo o “desespero”, a “estima” ou a “cólera”¹².

4.2 A importância da dimensão cognitiva

Semelhante ampliação das possibilidades da análise deve-se, em boa parte, à emergência da dimensão cognitiva, vista como um componente autônomo e primordial da narratividade. As análises

10. Ver Greimas, 1981.

11. Já tratamos de salientar esse tipo de “descompasso” entre os encadeamentos discursivo e narrativo, ao analisar uma novela de Apollinaire, 1982. Ver também Mozejko de Costa, 1984.

12. Ver Greimas, 1981; Fontanille, 1980; Courtés, 1981.

de textos que permitiram o desenvolvimento das pesquisas semióticas tomaram por objeto, de início, aqueles relatos simples e de larga difusão transcultural que são as narrativas mitológicas e os contos populares. Tratava-se, então, de enunciar as regras de encadeamento das ações somáticas, de estabelecer uma tipologia dos actantes e de descrever o modo de circulação dos valores, tudo isso situado sob o ponto de vista único e totalizante de um narrador, manifesto ou implícito. Todavia foi ficando cada vez mais claro que essa dimensão prática, denominada *dimensão pragmática*, estava longe de constituir por si só o princípio organizador do patamar narrativo dos discursos, principalmente desses discursos complexos que são os textos literários e, talvez mais do que estes, os textos não figurativos. De fato, se é óbvio que a descrição dos atores e de suas ações resulta de um certo *saber* sobre os acontecimentos, basta que o saber de um determinado ator (do enunciado ou da enunciação) já não coincida com o de um outro ator, para que sejam mobilizados, paralelamente aos percursos pragmáticos que incidem sobre o “fazer”, percursos cognitivos, que incidem sobre o “saber”; o desdobramento desses percursos pode vir a estruturar, do mesmo modo, a totalidade de uma narrativa. A disjunção com o saber é suficiente para converter esse *saber* em valor para o sujeito, determinando então seu programa. A *dimensão cognitiva* constitui, sob esse ponto de vista, uma dimensão autônoma, que por sua vez se articula em um processo narrativo¹³. Tais percursos de saber formam às vezes, sobretudo nos textos literários modernos, uma dimensão dominante ou até mesmo hipertrofiada do relato. Podemos evocar um exemplo entre tantos outros, o romance de Italo Calvino, *Se um viajante numa noite de inverno*, em que a “história” não passa da história do conhecimento de uma história. Ora, essa dimensão cognitiva nos traz de volta ao centro da problemática modal: o saber, erigido em valor, inscreve-se numa busca que é simplesmente a busca de uma competência. É por essa razão que a análise distingue duas classes de valores contrapostos ao mesmo tempo pelo seu estatuto e pelo modo de relações que instauram entre os actantes sujeito e objeto: os valores descritivos

13. Ver Greimas, 1976. (em especial as “Remarques finales”, p. 265).

(objetos consumíveis e entesouráveis, prazeres e estados de alma etc.), cuja aquisição pelo sujeito *pressupõe* o estabelecimento de sua competência, e os valores modais (querer, dever, crer, saber, poder ser ou fazer), cuja aquisição *institui* essa competência¹⁴.

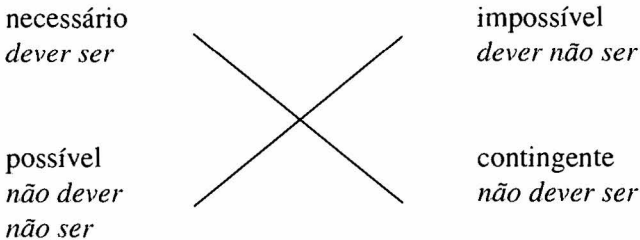
A extrema generalidade dos valores modais, porém, convida à prudência. Será que poderíamos, por exemplo, abordar do mesmo modo o /poder fazer/ do sujeito narrativo e o “poder” sociopolítico? Analogamente, será que a problemática modal do /saber/ forma um bloco homogêneo capaz de abarcar tudo o que se liga à dimensão cognitiva nos discursos? De nossa parte, no que tange a esse notável incremento do /saber/, atentaremos somente para dois aspectos, que nos parecem demarcar as duas extremidades da cadeia: em primeiro lugar, o problema da “verdade” e dos diversos sistemas modais atinentes; em seguida, o problema do actante sujeito, instância emissora de toda projeção cognitiva, que remete a reflexão teórica para a enunciação.

A questão dos “valores de verdade” é obviamente central, pois constitui a culminância obrigatória do ato cognitivo. Mas, sob o ponto de vista semiótico, ela é particularmente complexa, por situar-se numa zona fronteira entre os estudos oriundos da lógica modal, por um lado, e as pesquisas que tentam depreender a lógica própria às línguas naturais – e ao discurso –, por outro. A segunda, por vezes denominada “lógica natural”, extrai seus modelos da primeira; mas a linguagem é recalcitrante, e os modelos formais, ao serem invocados para descrever suas infinitas variações, mostram-se em geral inadequados. Seria, aliás, interessante examinar, como sugere O. Ducrot (1980), *como uma concepção lógica da língua, baseada*

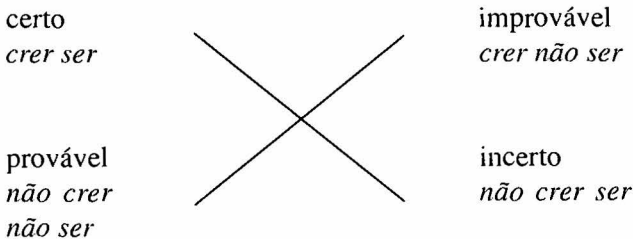
14. Ver Greimas & Courtés, 1979, p. 483. Pode-se apontar ainda que, quanto a essa distinção específica dos valores em duas classes, a conexão se estabelece entre a sintaxe semionarrativa e os modelos mitológicos, no caso o modelo ideológico trifuncional elaborado por G. Dumézil para descrever o sistema das divindades indo-européias. Os valores descritivos, como escrevem os autores, “relacionam-se com a terceira função”, que caracteriza a classe dos agricultores/pecuaristas, ao passo que os valores modais *reportam-se à problemática das duas grandes funções de soberania* (*ibid.*, p. 483), que caracterizam as classes dos sacerdotes e dos guerreiros. Essas correlações são retomadas e discutidas por J. -C. Coquet (s/d), p. 38.

na noção de verdade, repercute nos pormenores da interpretação textual. Na realidade, estamos diante de um problema epistemológico geral, ao qual são confrontados todos os teóricos da linguagem. Como quer que seja, a questão do /saber/ – definido como um tipo peculiar de relação predicativa entre o sujeito e o objeto – toca inevitavelmente em três campos de modalidades, em cujo interior ela se regulamenta e articula. São as modalidades aléticas, as modalidades epistêmicas e as modalidades veridictórias. Ao mesmo tempo heterogêneas e entrelaçadas, tais modalidades não se situam no mesmo plano de apreensão, embora se mantenham estreitamente interligadas.

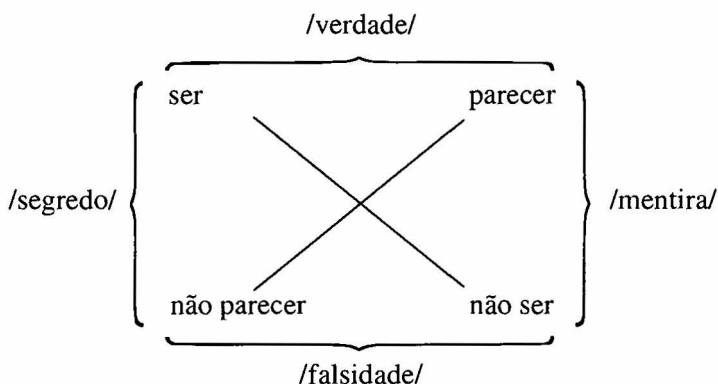
As modalidades *aléticas* expõem a categoria do /necessário/ e do /impossível/, definidos como *dever-ser* e *dever-não ser*; tais termos projetam seus contraditórios em relação de subcontrariedade, que são o /contingente/ e o /possível/:



De maneira análoga, as modalidades *epistêmicas* opõem o /certo/ (*crer-ser*) ao /improvável/ (*crer-não ser*) no eixo dos contrários, os quais produzem, no eixo dos subcontrários, o /incerto/ e o /provável/:



Por fim, as modalidades *veridictórias*, que obedecem a um modelo de geração sensivelmente diverso e problemático, põem em jogo a categoria semiótica (e não ontológica) do /ser/ e do /parecer/. São as relações entre esses dois predicados mínimos e suas negações que produzem os termos modais da /verdade/ (conjunção do ser com o parecer), da /mentira/ (conjunção do parecer com o não-ser), da /falsidade/ (conjunção do não-ser com o não-parecer) e do /segredo/ (conjunção do não-parecer com o ser)¹⁵.



Se por um lado não é difícil entender que tais conjuntos modais dizem respeito à problemática geral da dimensão cognitiva, por outro levanta-se a questão de decidir sob que aspecto cada um deles apreende o saber, e quais são as respectivas relações que contraem quando pretendemos utilizá-los como modelos analíticos para o estudo dos discursos. Os dois primeiros conjuntos (modalidades aléticas e modalidades epistêmicas) constituem parte integrante de um domínio já percorrido de longa data pelas lógicas modais; o terceiro foi elaborado no âmbito da semiótica narrativa, e sua analogia formal com os dois primeiros é mais aparente do que real; ele corresponde não apenas a um outro modo de construção, como também a uma outra

15. Não discutiremos, por ora, os problemas teóricos ligados à elaboração desse quadrado da veridicção. Eles foram evocados por Coquet (s/d), p. 61 e seguintes, e debatidos, entre outros, por Zilberberg, 1981, pp. 14-15; por Brandt e Petitot, 1982; por Bordron, 1984.

ordem de preocupações. Observado o postulado de imanência, sobre o qual se alicerça a descrição semiótica, não se trata, para esta, de decidir sobre as condições de “verdade” ou de “contingência” das coisas, mas de reconhecer os jogos e mecanismos do “dizer verdadeiro”, produtores da “verdade” enunciada, concebida como um efeito de sentido entre outros. O modelo veridictório foi construído para explicitar os modos de circulação dos objetos cognitivos no interior dos discursos: tendo nascido (e se apoiado) nos textos narrativos, em que são abundantes, como se sabe, as dissimulações e travestimentos, os equívocos e reconhecimentos, os engodos e mistérios, ele é resultado de um procedimento indutivo. Na narrativa, os objetos (de saber) são fundamentalmente ambíguos: remetem sempre aos percursos opositivos do sujeito e do anti-sujeito, até que eventualmente, por um processo de “normalização ideológica” (Petitot (s/d), p. 39), sua ambigüidade seja enfim suspensa e eles se autentifiquem como objetos “verdadeiros”, em conformidade com a axiologia do sujeito (da enunciação). Tais “jogos de máscaras” da narrativa são, assim, o cenário privilegiado da veridicção, concebida como um campo modal específico.

A semiótica tende a integrar, por outro lado, os três dispostivos modais que regulamentam a operatividade do saber. Pode-se, com efeito, considerar que as modalidades aléticas, epistêmicas e veridictórias focalizam de diversas formas as relações entre o objeto cognitivo e o sujeito do conhecimento. As modalidades aléticas definem o estatuto ôntico do *objeto*, na qualidade de objeto do conhecimento: formuladas nos termos do sintagma modal, elas dizem respeito ao dever-ser do objeto (e a suas variações lógicas). O sujeito está ausente da construção. Já não se dá o mesmo no microuniverso das modalidades epistêmicas, que se ocupam precisamente da relação cognitiva mantida entre o sujeito e o objeto: o /crer/ do *sujeito* acerca do /ser/ do objeto. As modalidades veridictórias, por sua vez, promovem um deslocamento suplementar: estão centradas na interação cognitiva dos sujeitos por relação a um mesmo objeto de conhecimento (que, enquanto tal, está ausente do modelo). O “segredo” só pode ser segredo para um sujeito se for verdade ou mentira para um outro sujeito. Em outras

palavras, a modalidade veridictória não é apenas interna aos jogos do discurso (dado que ela só decide sobre os valores já efetivamente instaurados no seu interior), ela é também e por definição intersubjetiva, porque a polemicidade se acha no cerne de sua problemática.

Paralelamente a esse deslocamento “focal”, cabe indicar um outro ponto. Os semioticistas já observaram em muitas ocasiões a preeminência das modalidades epistêmicas sobre as modalidades aléticas: a asserção da “necessidade” de um objeto, sob a forma de uma evidência “objetiva”, remete inevitavelmente à prévia assunção subjetiva de uma “certeza” quanto a essa necessidade. Tal fato foi verificado em especial na análise dos discursos científicos, em que a principal astúcia do sujeito da enunciação consiste justamente em fazer como se ele não estivesse ali, como se a “ciência” se convertesse sozinha no sujeito-objeto de um saber que se constrói por si próprio; é aliás nesse procedimento que se baseia, freqüentemente, a evidência objetivada do saber verdadeiro. Ora, estávamos falando de “astúcia”, e eis-nos de volta à problemática da veridicção, ou seja, ao problema da interação cognitiva dos sujeitos. O movimento parece ser realmente circular, indo da modalidade objetivante (alética) à modalidade intersubjetiva (veridictória), mediante a passagem pela modalidade subjetiva (epistêmica). Em última análise, dado que tudo nos discursos é questão de persuasão, é de fato a modalidade veridictória que prevalece. Por mais que os sujeitos destinador e destinatário do saber possam desaparecer das encenações discursivas, é todavia entre eles, e só entre eles, que a partida será decidida.

Pode-se ilustrar com uma tabela (ver abaixo) o estatuto recíproco dos três dispositivos modais. O percurso sugerido ($S_1 \rightarrow S_2$, $S \rightarrow O$, “O”) só tem validade como redefinição das modalidades epistêmicas e aléticas no corpo teórico da semiótica, que, vale lembrar, toma por objeto antes de mais nada os *simulacros* construídos nos discursos e não tem outra pretensão, nesse nível, que a de munir-se de instrumentos eficazes de descrição. A tabela abaixo mostra, de qualquer maneira, que não podem ser analisadas no mesmo plano as diversas organizações modais atinentes à construção e à comunicação dos objetos de saber. No entanto, a disposição vertical da tabela

não implica diferentes “níveis” de profundidade; seu objetivo é apenas representar o eixo de preeminência (pela seta descendente) e de presuposição (pela seta ascendente) que liga as modalidades entre si.

<i>Modalidade</i>	<i>Focalização actancial</i>	<i>Estatuto do saber</i>
Veridictória $S_1 \rightarrow S_2$	Dimensão intersubjetiva	Polemidade do saber
Epistêmica $S \rightarrow O$	Dimensão subjetiva	Assunção do saber
Alética “O”	Dimensão objetiva	Ontologização do saber

Seria possível examinar a relação entre os três universos modais a partir da categoria englobante *vs* englobado. As modalidades veridictórias podem ser concebidas como englobantes, na exata medida em que as modalizações epistêmicas e aléticas são analisáveis como encenações particulares da veridicção¹⁶. É de fato nesse nível de generalidade que se desenvolvem, na interação cognitiva dos sujeitos, os *percursos cognitivos* em que se distinguem, de acordo com a instância construtora do saber, o “fazer persuasivo”, obra de um actante destinador, e o “fazer interpretativo” exercido pelo destinatário. Reduzidos assim ao “fazer” que lhes é subjacente, tais processos podem ser analisados em termos de programas narrativos e controlam a comunicação do saber entre os sujeitos. De uma maneira mais complexa, a veridicção sustenta igualmente os percursos de avaliação da verdade: é aí que se situa a cisão entre as modalidades do /saber/ e do /crer/, outro problema que, infelizmente, neste

16. Ver a análise, por A. J. Greimas, de um texto de Georges Dumézil, em Greimas e Landowski (eds.), 1979.

esboço panorâmico que estamos delineando, ultrapassaria os limites estabelecidos¹⁷.

4.3 A questão do sujeito

Como se vê, os elementos apreendidos para a análise do nível semionarrativo dos discursos trazem-nos constantemente de volta ao actante-sujeito. Mas de que estamos falando exatamente, ao utilizar tal conceito de sujeito? A resposta é, sem dúvida, delicada, já que essa noção, onipresente no âmbito das ciências humanas, remete, em cada domínio, a uma definição e a um uso que lhe são peculiares, seja em filosofia, em psicanálise, em lingüística ou em semiótica. Por isso, falar do sujeito é, antes de mais nada, “desambigüizá-lo”.

Se nos mantivermos dentro do quadro delineado até aqui, o sujeito aparecerá, correlativamente ao objeto, como uma das instâncias resultantes, obrigatoriamente, de toda relação predicativa enunciada. No que diz respeito, por exemplo, à dimensão cognitiva, o sujeito será a instância actancial emissora (por meio de um predicado de /saber/ e/ou de /crer/) de uma projeção cognitiva, numa perspectiva ou persuasiva (como a do destinador do saber), ou interpretativa (como a do destinatário). Em ambos os casos, e anteriormente ao programa que o manifesta, o sujeito nada mais é do que um feixe de modalidades atualizadas, que possibilitam a performance cognitiva. Vemos, pois, que, considerada da mesma maneira sob o ponto de vista pragmático (quando o discurso enfoca os feitos e condutas do homem) e sob o ponto de vista cognitivo (quando ele enfoca suas manipulações de conhecimentos), a noção de sujeito pertence basicamente, nesse raciocínio, ao nível semionarrativo. É aí que o conceito se encontra definido; é a partir desse nível que suas diferentes aplicações vão se irradiar.

Em sua constante preocupação de ultrapassar as definições substanciais, a semiótica dispõe de um sujeito que pouco tem a ver

17. Ver, em particular, Parret (ed.), 1983.

com o da psicologia ou o da sociologia. Na realidade, em comparação com essas disciplinas, ela inverte o procedimento: não parte do sujeito, mas tende em sua direção; não o considera como um dado, e sim como uma construção¹⁸. Nisso, aliás, ela não chega propriamente a ser inovadora. Os lingüistas (Hjelmslev ou Tesnière, por exemplo) já haviam postulado a prioridade da função sobre os termos. O sujeito é, por conseguinte, um parâmetro construído por uma relação (predicativa) da qual recebe sua determinação: *Dir-se-á que um sujeito semiótico não existe enquanto sujeito senão na medida em que se lhe pode reconhecer pelo menos uma determinação, ou seja, que ele está em relação com um objeto-valor qualquer* (Greimas; Courtés, 1979, p. 173 (grifos nossos)). Observando mais de perto o princípio dessa relação, poderemos identificar nela uma dupla dimensão, sintagmática e paradigmática. Por um lado, o actante sujeito só emerge da relação dinâmica (uma junção transformável) que o une ao objeto; em outros termos, o sujeito semionarrativo não se define senão através do percurso que ele traça, ainda que este seja apenas esboçado, virtual ou até implícito. É por isso que tal sujeito está situado, desde o início, num plano diferente do do sujeito frasal da lingüística: trata-se do sujeito de um programa subjacente à manifestação textual. Assim definida, a noção de sujeito ocupa a posição hiperonímica de um meta-sujeito, cujos hipônimos serão respectivamente o Destinador, dotado da competência absoluta e posicionado como sujeito dos programas de manipulação e/ou sanção, e o Destinatário-sujeito propriamente dito, que, vinculado ao anterior pelo “contrato”, se encarrega dos programas de ação e “busca”, conforme os valores ditados pelo Destinador. Por outro lado, a definição paradigmática concebe o sujeito como “lugar de uma combinatória modal”: são as variações na combinatória, ou seja, o caráter positivo ou negativo das modalidades constitutivas (querer, dever, saber, poder) e a ordem de sua prevalência dentro de uma seqüência que irão gerar uma tipologia dos sujeitos competentes (“eu positivo”, “eu negativo”, “alguém”, “isso”). É bem verdade que as dimensões sintagmática e paradigmática da definição do sujeito

18. Ver Landowski, 1982.

pressupõem-se mutuamente; no entanto, se reconhecemos a anterioridade da dimensão sintagmática, é porque o sujeito competente (do qual se pode estabelecer uma tipologia, dentro de um paradigma) só pode constituir-se com base em um processo sintático.

Essa abordagem funcional do sujeito semionarrativo é determinante. Foi a partir dela, com efeito, que a reflexão semiótica veio a examinar a problemática da enunciação. Procedendo por homologações e operando, com base nas estruturas apreendidas no nível profundo, conversões sucessivas que o conduzem até o nível superficial da manifestação dos discursos, o semioticista “encontra” a enunciação fundamentando-se no modelo actancial. Do mesmo modo como o sujeito semionarrativo definia-se por uma função constitutiva – os predicados de fazer e de ser, bem como os predicados modais que os determinam –, o sujeito da enunciação aparecerá, analogamente, como uma instância teórica suscetível de ser reconstruída a partir do discurso exercido. O sujeito da enunciação não “substancializado” é o sujeito que se efetua ao efetuar o sentido: é a significação realizada que o designa.

5. Discursivização: a enunciação

O conceito de enunciação, em torno do qual reorganizou-se nos últimos anos, sob o impulso dos estudos de E. Benveniste, boa parte da investigação lingüística, encontra-se, justamente em razão de sua grande fortuna, na origem de uma certa confusão. Se se deseja evitar as aceções realistas triviais que vigoram aqui e ali, e em especial nos estudos literários, cumpre esclarecer sua definição. Um exame atento dos modos de construção do conceito de enunciação no interior de campos teóricos distintos deve permitir definir mais precisamente seu uso, bem como situar melhor suas condições de pertinência no percurso gerativo da teoria semiótica. Isolaremos portanto, em grandes traços, para confrontá-las à definição semiótica da enunciação, a abordagem lógico-semântica dos fenômenos discursivos, baseada numa “concepção enunciativa do sentido” (O. Ducrot) e a teoria das “operações enunciativas”, que visa à descrição formal e universalizável da atividade da linguagem (A. Culioli).

5.1 A “concepção enunciativa do sentido”

A partir da defasagem existente entre os segmentos textuais manifestos e as entidades semânticas que se podem reconstruir pela situação extralingüística de comunicação, O. Ducrot e seus colaboradores buscam descrever as relações entre o *dito* e o *dizer*. Encarada, assim, numa perspectiva próxima da pragmática anglo-americana, a significação não é da ordem da frase (pois esta não é senão uma entidade teórica virtual), e sim do *enunciado* de uma frase, que é, em cada contexto de realização, um enunciado particular da frase. Nitidamente dissociada daquilo que se denomina “sentido literal”, a significação passa a ser concebida como um conjunto de *instruções dadas àqueles que deverão interpretar um enunciado da frase, instando-os a procurar na situação de discurso este ou aquele tipo de informação e a utilizá-la desta ou daquela maneira para reconstruir o sentido visado pelo locutor* (Ducrot, 1980, p. 12). Quais são, pois, o estatuto e a definição da enunciação num tal projeto? *Chamarei de ‘enunciação’,* prossegue O. Ducrot, *o acontecimento, o fato constituído pelo aparecimento de um enunciado* (*ibid.*, p. 33). Descrever a significação de um enunciado é, por conseguinte, descrever-lhe a enunciação, ou seja, propor uma representação, com o auxílio de operadores e precedimentos definidos, do surgimento desse enunciado num dado contexto discursivo. A enunciação é, com efeito, constitutiva do sentido: o *dito* não pára nunca de indicar e “denunciar” o *dizer*. Sendo o discurso constituído de enunciados encadeados, o analista interessar-se-á naturalmente pelas características desses encadeamentos, e em especial – por serem seus veículos explícitos, embora não exclusivos – por esses *conectores* que O. Ducrot denomina “palavras do discurso” (“ora”, “portanto”, “mas”, “positivamente” etc.): estes não se limitam a pôr em relação as seqüências que unem (o “dito”), mas sobretudo entidades semânticas logicamente reconstruíveis a partir do enunciado (o “dizer”). Um exemplo, proposto por O. Ducrot, ilustra com clareza essa concepção da enunciação:

“A – Madame saiu.

B – Mas, e eu com isso?!”

No exemplo, o *mas* não opõe as duas frases, ele opõe os dois enunciados um ao outro; incide sobre a própria enunciação de *A*, como “acontecimento” de significação. Trocando em miúdos, *B* não se opõe àquilo que *A* diz, mas ao próprio fato de que este o diga.

Percebe-se desde logo a distância que separa essa concepção do discurso e da sua enunciação – por mais rica e produtiva que seja – da concepção semiótica, firmada, como se sabe, no conjunto das articulações internas do texto. Como aponta A. Ali Bouacha, o *discurso*, na perspectiva de O. Ducrot, *considerado ao mesmo tempo sob o ponto de vista da língua (os conectores são morfemas inseridos em frases cuja significação é estudada pela lingüística) e da linguagem (o sentido dos enunciados inscreve-se numa troca de atos ilocucionários) [...] não é nunca examinado a não ser em sua dimensão interproposicional* (Bouacha, 1981, p. 44). Essa concepção da significação permanece, por conseguinte, distante de uma teoria geral do discurso.

5.2 As operações enunciativas

Bem diferente em sua definição e em seu projeto, a teoria geral das “operações enunciativas e predicativas” de A. Culioli tem por objetivo o desvendamento dos invariantes, generalizáveis para as diversas línguas naturais, que fundamentam e controlam a atividade da linguagem. Uma lingüística da enunciação tem, pois, a tarefa de construir um sistema de representação metalingüística apto a simular de maneira explícita os mecanismos cognitivos dos sujeitos enunciadores, acessíveis por meio dos textos, isto é, das “organizações de marcadores”. Essa concepção construtivista apóia-se numa série de “vinculações” fundamentais: um sujeito enunciador, para construir um enunciado, vincula entre si um “acontecimento” ao qual deseja referir-se, uma relação predicativa estabelecida a partir desse acontecimento e, por fim, as coordenadas espaço-temporais que balizam esse acontecimento com relação à situação de enunciação (em especial, o tempo e o sujeito do enunciado, situados com relação ao tempo e ao sujeito da enunciação). O enunciado produzido conserva *vestígios* do conjunto de balizagens assim efetuadas, de tal

sorte que um segundo sujeito enunciador possa, por sua vez, reconstruí-las para interpretar o sentido do enunciado. Considerado sob o ponto de vista da atividade significativa de cada um dos enunciadores, todo enunciado está necessariamente inserido em relações intersubjetivas. A descrição lingüística deve portanto reconstituir e hierarquizar, a partir das organizações de marcadores que constituem seus vestígios, o encadeamento das operações subjacentes pelas quais se constituem as relações e categorias gramaticais. Aprender a linguagem por meio do ato enunciativo consiste em mostrar que aquilo que varia de uma língua a outra é a organização das operações e não as operações em si mesmas (cf. Desclés, 1979, p. 10). Estas, em número limitado, são fórmulas metalingüísticas das quais se inferem os enunciados e as categorias lingüísticas próprias a cada língua. O projeto em seu conjunto, nem bem esboçado aqui, é a elaboração de uma sintaxe geral da atividade enunciativa, mediante a integração dos domínios tradicionalmente separados da prosódia, da sintaxe, da semântica e da pragmática. Independentemente de suas justificativas teóricas e dos procedimentos complexos que ele implica, esse projeto não contempla senão de modo muito parcial a dimensão discursiva dos fatos de linguagem, bem como sua combinação em organizações significantes descritíveis.

5.3 A enunciação em semiótica

Sem procurar analisar nem o hiato entre o dito e o dizer, nem os mecanismos lógico-cognitivos da efetivação languageira, a semiótica adota, frente à enunciação, um enfoque baseado, obviamente, nos postulados epistemológicos que ela estabeleceu, com o duplo propósito da coerência interna e da eficácia metodológica. Trata-se prioritariamente da exclusão de qualquer consideração extralingüística, logo extradiscursiva, consideradas ambas como heterogêneas a seu campo de estudo; semelhante eliminação pode, aliás, ser imediatamente observada através das noções de que se vale a semiótica, e de maneira ainda mais nítida através das noções que ela exclui. “acontecimento”, “situação de enunciação”, “atividade de linguagem”, “condições de sinceridade” etc. são termos sabidamente ausentes de sua

metalinguagem. Equivaleria isso a dizer que, interessando-se pelo “sentido”, ela considera que sentido e referência devam ser radicalmente separados? Não é essa a nossa opinião. Nem por isso os problemas ligados à “referenciação”¹⁹ – em particular, os que dizem respeito ao que chamamos de dimensão figurativa – podem deixar de ser rearticulados dentro da rede dos conceitos semióticos, conceitos submetidos, como vimos, a um rigoroso princípio de interdefinição. É por isso que a enunciação não está formulada, em semiótica, como “uma outra maneira” de se encarar o discurso, mas, pelo contrário, cobra seu sentido e sua eficácia analítica da estreita relação com as demais noções e os demais procedimentos já introduzidos no corpo teórico geral.

5.4 A discursivização no interior do percurso gerativo

A semiótica, em sua prática inicial, desinteressou-se explicitamente da problemática do sujeito enunciador e de sua referência obrigatória, a situação de comunicação. Escolheu proceder, nas palavras de A. J. Greimas, à “objetivação do texto” (Greimas, 1966, pp. 153-154) coerente com essa escolha, ela eliminou as coordenadas específicas do locutor, ou seja, as categorias de pessoa, tempo, dêixis, bem como todos os elementos fáticos. Via-se nesse gesto, durante uma primeira etapa, a condição necessária à *construção de uma sintaxe semântica, independente da língua natural utilizada* (*ibid.*, p. 154), e da qual surgiu a teoria da narratividade. O ressurgimento dessa problemática foi-se manifestando progressivamente, durante a constituição de uma teoria geral da significação, delimitada pelo quadro do “percurso gerativo” (Greimas; Courtés, 1979, pp. 206-209). Nessa teoria, a enunciação é concebida como *uma instância de mediação que produz o discurso*²⁰, mediação entre as estruturas semionarrativas e sua atualização em discurso, cumprida

19. Definida como *as operações pelas quais o sujeito reconstrói o referente (por definição inacessível) que ele visa* (Fuchs, 1981, p. 49).

20. *Ibid.*, p. 146, verbete “Enunciação”.

pelo enunciador. Em uma visão simplificada, obteríamos o seguinte esboço: as estruturas profundas (isto é, as articulações semânticas elementares, inseridas no quadrado como modelo taxionômico e “de-puração” de um modelo sintáxico), bem como as estruturas semântico-sintáticas de superfície (isto é, as estruturas narrativas e seus investimentos mínimos em termos de actantes e valores) seriam mobilizadas pelo sujeito enunciador, que, abastecendo-se em tal “estoque estrutural” virtual e disponível – núcleo de sua competência semiótica –, promoveria sua efetivação na própria atividade de discurso, mediante uma dupla operação:

- por um lado, uma projeção, para fora do “*ego, hic et nunc*” (definidores da situação), das formas linguageiras passíveis de simular essas coordenadas (quando o “eu”, o “aqui” e o “agora” supostamente remetem ao sujeito enunciador em si mesmo) ou de simular outras coordenadas (atores, espaço e tempo enunciados, cujo funcionamento é interno ao discurso, e definidos unicamente por suas respectivas relações). Em ambos os casos, concatenam-se os chamados procedimentos de *debreagem*, que descrevem a “projeção para fora do sujeito enunciador”, e de *embreagem*, que indicam o retorno ao sujeito e a sua encenação; tanto num caso como noutro, a concepção do discurso-enunciado é a de um “simulacro” que consiste em fornecer, por meio da realidade do sentido, uma impressão de mundo e de sujeito;
- por outro lado, uma segunda operação, solidária à primeira, coopera com a discursivização: trata-se do “revestimento” semântico, específico e concreto, com que o sujeito enunciador investe as estruturas subjacentes, durante seu desenvolvimento discursivo. É quando as transformações narrativas se convertem em processos temporalizados (principalmente pelo emprego de cronônimos), os actantes em atores (por meio de antropônimos) e os diferentes programas ocupam seus lugares em espaços apropriados para seu desdobramento (por meio de topônimos). Tal conjunto, que pode ser descrito como a *figurativização* das estruturas abstratas, produz a “ilusão referencial”, concebida como um efeito de sentido. Tudo isso se sustenta, por outro lado, em isotopias figurativas devido aos mecanismos diversificados da anaforização,

transformando-se ao sabor das configurações discursivas (“deslocamentos”, “conflitos”, “casamentos” etc.) que constituem conjuntos narrativos figurativizados, homogêneos e relativamente autônomos.

Pode-se perceber a imensidão do campo de estudo abarcado por esse cenário. Não é nosso propósito aqui entrar em pormenores, mas somente marcar uma primeira imagem da enunciação em semiótica. Em função disso, selecionaremos por ora apenas duas características essenciais. A primeira diz respeito à posição metodológica da enunciação no seio do percurso gerativo da significação: ela é concebida como um lugar de conversão estrutural entre a imanência e a manifestação. Ninguém irá supor, entretanto, que as coisas ocorrem “concretamente” assim; que, quando falamos, “mobilizamos” estruturas abstratas latentes para em seguida revesti-las com as figuras do mundo depositadas em nosso léxico, e que o discurso consiste em um vaivém, consciente ou inconsciente, entre esses diferentes níveis. Uma vez mais, a análise não diz como as coisas se realizam efetivamente: o percurso gerativo não tem a pretensão de desmontar os mecanismos genéticos da atividade significativa. Por exemplo, não haverá nenhum semioticista para contestar o caráter primordial da imagem, tal como foi frisado por G. Bachelard. O percurso em questão é um modelo hipotético, um percurso do método; os estratos por ele apreendidos são patamares de reconstrução, dispostos de camada em camada em direção a uma maior generalidade, e não etapas sucessivas de uma produção. Nesse sentido, a posição nodal da enunciação é metodologicamente justificada: a hipótese revelada por essa posição é a de que, qualquer que seja o discurso manifestado que de toda maneira a pressuponha, esse discurso articula um dispositivo sintático-semântico subjacente, formulável nos termos da gramática actancial e, mais abstratamente, nos termos das relações elementares do quadrado semiótico. A enunciação é, portanto, concebida como uma instância teórica no percurso do método.

A segunda característica situa-se no prolongamento direto da primeira, sendo contudo de outra ordem. Todo o – paradoxal – esforço do semioticista consiste, com efeito, em admitir uma outra anterioridade em relação à linguagem, pela dupla referência aí

construída, tanto ao sujeito (à instância da enunciação) quanto ao mundo (ao “referente” enquanto tal), e em demonstrar, no entanto, que essa anterioridade não pode ser semioticamente apreendida a não ser pelas ilusões – enunciativa e referencial – cujo palco é o discurso realizado. As condições reais do exercício enunciativo estão logo ali ao lado, mas detêm-se às portas da teoria: seu estudo é da alçada de outro aparato e talvez até de outra disciplina. Assim é que a prudência do semioticista – preocupado, para preservar a coerência de seu método, em precaver-se contra toda incursão imprevista do “mundo exterior” (cujo estatuto depende de uma decisão filosófica) no campo da análise do discurso – exige que só se conceda à enunciação “verdadeira” o estatuto de uma pura e simples pressuposição. Nem por isso uma tal concepção fecha a problemática: é evidente, com efeito, que o discurso enunciado diz, por si mesmo, algo sobre aquele que o enuncia. A descrição dessa instância é possível, desde que semiotizada; em outras palavras, desde que reconstruída conforme as prescrições da teoria.

5.5 A “narrativização da enunciação”

Essa expressão, proposta por Claude Calame (1982), traduz claramente a transferência dos modelos semionarrativos do plano do discurso-enunciado, onde eles surgiram, para o plano da comunicação intersubjetiva, onde sua aplicação está atualmente na ordem do dia. Como justificar essa transposição? A análise narrativa propõe, como já tentamos demonstrar, uma modelização dos comportamentos humanos postos em discurso. Ela trata – e só trata – das “ações de papel”, pois é aí que escolheu situar seu nível de pertinência. Seguro, nesse nível, da validade operatória de seus modelos, o semioticista pode prever sua transposição aos fenômenos englobantes, que dizem respeito à comunicação em si. Esta será, por sua vez, considerada como um sistema de circulação de valores, e seus locutores serão descritos como estruturas actanciais e modais: suas interações aparecerão como processos sintáxicos. Nessa perspectiva, a relação dialógica é propriamente uma relação narrativizada (cf. Calame, 1984).

O enunciador, construído como um actante-sujeito, fica então definido por uma competência cujo esquema modal típico pode ser teoricamente estabelecido; insere-se em configurações enunciativas da subjetividade e da intersubjetividade, a serem concebidas e analisadas independentemente de qualquer consideração psicológica. Se a promessa, a confiança ou outras “paixões da alma” vão entrando progressivamente no campo da descrição semiótica objetivada, isso se deve ao surgimento de meios para abordar a *‘vida interior’ do ator chamado ‘pessoa’ como um campo de exercícios sintáticos em que um número bastante elevado de sujeitos [...] coexistem, se defrontam, executam percursos e participam de manobras táticas e estratégicas*²¹. Captada no entrecruzamento de seus papéis actanciais, a instância enunciativa resulta multiplicada, cindida em percursos divergentes que ela instala em seu discurso e por meio dos quais ela se ordena. Num estudo já citado, A. J. Greimas (s/d, “Des accidents dans les sciences dites humaines”) mostra assim as diversas posições sintáticas de sujeito, anti-sujeito, destinador etc. que o sujeito enunciativo, em seu trabalho de construção discursiva, combina, cada qual com seus próprios percursos, como reflexos fragmentados de sua própria imagem.

Sob esse ponto de vista, o conceito tradicional de *comunicação* tem seu conteúdo sensivelmente modificado. Se todo discurso, em sua própria enunciação, estipula (real ou virtualmente) a relação fundamental (da narratividade) entre o sujeito e o anti-sujeito, fica claro que a comunicação estará regida em profundidade pelo princípio da polemidade. A informação (no sentido da teoria que leva esse nome) é pouca coisa, em comparação com os modos de sua assunção, as intenções que a carregam, os programas de ação e interação que lhe estão intrinsecamente associados: nesse ponto, a narrativização da comunicação se acha mais próxima da teoria ampliada da argumentação-manipulação (tal como é discutida por J. B. Grize) do que do modelo jakobsoniano. Sobre essa questão, J. C. Coquet põe as cartas na mesa, sem ambigüidades: “a opção da teoria semiótica” é a de que “as estruturas polêmicas prevalecem na comunicação”. Desnecessário acrescentar, naturalmente, que tais estruturas imanentes se realizam

21. Greimas; Courtés, 1979, verbete “Psicossemiótica”, p. 362.

no interior de configurações gradualmente diversificadas entre o pólo conflitual e o pólo contratual, enquanto modos de manifestação de uma relação fundamental de *confronto* interactancial.

5.6 A figurativização

Ao cabo deste breve percurso, resta-nos abordar a dimensão final sob a qual certos textos, e em primeiro lugar os textos literários, oferecem-se desde logo à leitura, quando a seqüência dos enunciados corresponde a um encadeamento de imagens, quando cada semema restitui uma representação específica do mundo natural, quando os efeitos de realidade e verdade se confundem na ilusão do “vivido” que a linguagem nos impõe. Esse nível de captação das significações, qualquer que seja a variedade de seus modos de ordenação na textualização, é o que se designa em semiótica com o termo geral *figuratividade*.

Os estudos realizados sobre a dimensão figurativa dos discursos, nas diferentes linguagens de manifestação (língua natural e linguagem visual, principalmente) ampliaram consideravelmente a aplicabilidade desse conceito. Verificando, para além da oposição cômoda porém simplificadora (se se deseja fazê-la contribuir com uma tipologia) entre figurativo e não-figurativo, que todo discurso era tributário, em um ou outro nível de sua formação, da dimensão figurativa, e que esta constituía por conseguinte um componente semântico permanente e fundamental, os semioticistas tiveram de rearticular em parte o conceito de figuratividade, no interior do dispositivo geral da teoria.

Efeito resultante da discursivização, a figurativização costuma ser tradicionalmente situada no patamar mais superficial das estruturas discursivas, dentro do percurso gerativo. Realmente, de acordo com as hipóteses desse modelo geral, em que a diferenciação entre os níveis é controlada por sua maior ou menor especificação semântica, os elementos figurativos aparecem como os investimentos mais específicos dentre todos: é neles que a significação está articulada do modo mais particularizado e seletivo. Nesse nível, contudo, a análise tem de esclarecer as condições necessárias para que se estabeleçam e mantenham as isotopias que fundamentam a dimensão sintagmática

da figuratividade. Semelhante questão – como as figuras semânticas de um texto produzem um efeito de realidade? – exige uma dupla resposta: antes de mais nada, fazendo referência a um elemento do mundo que o recorte lexemático de uma dada língua isola como tal (trata-se, até certo ponto, daquilo que os lingüistas denominam referenciação); mas também (sobretudo?), combinando-se, na tessitura do discurso, com outras figuras que selecionam e confirmam a “consistência” virtual das primeiras. A sedimentação semântica que assim se constitui organiza-se como uma vasta rede de relações correspondentes às operações de atualização do sentido cumpridas pelo leitor ao ler, ou pelo espectador ao olhar.

É para contemplar essa dupla perspectiva que A. J. Greimas distingue dois modos essenciais de referencialização: a *referencialização externa*, que define a relação intersemiótica mantida pelas figuras do discurso com as figuras construídas do mundo natural (problemática dos dêiticos, dos pontos de referência pessoais, espaciais, temporais etc.), e a *referencialização interna*, que diz respeito ao conjunto de procedimentos pelos quais o discurso se apóia sobre si mesmo e remete a suas próprias figuras (prévias e posteriores), sustentando dessa maneira aquilo que poderíamos chamar seu *continuum referencial*.

Aquém da oposição externo vs interno, contudo, essas duas “referencializações” não parecem proceder de uma mesma operação fundamental, ao contrário do que sugere a denominação única que as recobre. A primeira remete diretamente ao componente semântico das formações figurativas: diz respeito à construção predicativa dos elementos referenciais e é alheia, a rigor, à dimensão propriamente transfrástica dos fenômenos discursivos. Já a segunda, centrada nas relações interiores ao discurso, concebidas como propriedades de sua manifestação (sobretudo os procedimentos de instalação das isotopias, o problema das relações à distância por anáfora e catáfora, os efeitos resultantes das debreagens internas que garantem o modo de passagem de uma unidade discursiva a outra), está mais ligada ao desenvolvimento sintagmático dos universos discursivos. É por isso que nos parece sugestivo falar em *referenciação*, quanto à primeira operação, e reservar à segunda o

termo *referencialização*, à vista de seu vasto campo de uso. Assim, o chamado discurso “figurativo” é um discurso que multiplica os procedimentos de integração das figuras entre si, que baseia a eficácia das representações “concretas” que propõe na densidade das conexões que ele estabelece entre suas figuras; é um discurso que, para produzir o efeito de iconicidade²², usa e abusa da referencialização (cf. o discurso literário ocidental conhecido como “realista”), pois é esse o preço a pagar pela produção e manutenção da “impressão referencial” (F. Rastier). A utilização dos mesmos procedimentos permite assim explicar, em parte, aquilo que garante a credibilidade de um discurso argumentativo abstrato, assegurando seu “parecer verdadeiro” a partir de uma impressão de completude e coerência.

Ficou claro, por outro lado, que não se podia apreender a figuratividade unicamente em termos de “revestimento” das estruturas profundas, de acordo com o princípio de enriquecimento e complexificação sêmica que governa a passagem das estruturas fundamentais par as estruturas superficiais. Com efeito, verifica-se que a figuratividade em si própria já se organiza em vários níveis de profundidade. Dessa forma, determinadas isotopias figurativas são passíveis, não apenas de suscitar impressões referenciais, como também,

22. A iconicidade é uma forma, entre outras, de exploração discursiva da figuratividade, constituindo esta sua matéria-prima. O efeito icônico resulta de uma sobredeterminação dos traços figurativos que, pelos diversos procedimentos da referencialização, vai progressivamente enriquecendo a representação, até fazer parecer “real” a imagem produzida do mundo natural. Entretanto, conforme sugere J. -M. Floch, essa “impressão referencial”, necessariamente condicionada pelo funcionamento próprio a este ou àquele universo semiótico, baseia-se nos caracteres específicos do contrato fiduciário estabelecido entre os enunciadorees. Sob o ponto de vista enunciativo, poderíamos falar, portanto, em “modos de integração” do observador, aptos, em função das condições de verificação estipuladas pelo contrato, a promover uma variação considerável do seu modo de adesão. Por isso, a reflexão sintática sobre a iconicidade tem de se interessar não somente pelas formas de iconização, como também pelos procedimentos de desiconização (como, por exemplo, o “motivo decorativo” em pintura ou o “distanciamento” no teatro de Brecht), os quais convidam a situar a leitura num outro plano que não o da “impressão referencial”, tal como a entendemos habitualmente. De modo mais abrangente, a extensão do conceito de iconicidade às condições do contrato fiduciário que o fundamenta, deve permitir relativizar essa noção de “impressão” ou de “ilusão referencial” e abrir a investigação para as variações culturais da iconicidade.

perdendo qualquer contato com a referenciação, de estruturar de maneira bastante abstrata a significação e de “produzir” o nível profundo do discurso. Nesse nível, pode-se falar em uma linguagem figurativa, de tipo metassemiótico, capaz de estruturar os esquemas conceptuais que sustentam e organizam uma “visão do mundo” ou uma ideologia. Tal “linguagem” não poderia ser tomada *a priori* como metafórica, pois os significados que ela veicula não podem ser ditos a não ser com o auxílio de figuras. Esse nível profundo das estruturas figurativas pode, em conformidade com o modelo geral, converter-se em estruturas semionarrativas: estas encarregam-se da dinâmica transformadora e da finalização do discurso proferido, com base nos esquemas figurativos. É aparentemente possível, portanto, considerar, a par de uma referencialização “horizontal” que diz respeito ao encadeamento sintagmático dos enunciados, uma referencialização “vertical” que produz, em compreensão, redes de referências recíprocas nos diversos níveis do percurso gerativo. Assim é que uma mesma isotopia figurativa (espacial, por exemplo, como já tentamos analisar no discurso de Zola²³) presta-se a estruturar, em razão da recorrência dos esquemas organizadores, a significação em diferentes níveis de profundidade – do nível icônico imediatamente apreensível ao nível abstrato –, provocando com isso um efeito de validação mútua das diversas “leituras” que o texto propõe, à maneira de uma parábola “debreada”: leitura figurativa, leitura filosófico-ideológica.

Se a figuratividade mantém, dessa maneira, estreitas relações com o espaço cognitivo cuja articulação ela pode em parte condicionar, ela por outro lado está associada ao espaço tímico. Essa relação, que ainda não foi sistematicamente explorada, tenderia a trazer novas inflexões ao estatuto do figurativo: ela permitiria demonstrar que a figuratividade não pode ser apreendida por si mesma, como uma dimensão autônoma do discurso, mas tem de ser vinculada também às categorias tímicas que comandam seu surgimento; pode-se, por conseguinte, levantar a hipótese de que os classemas tímicos (euforia vs disforia) – situados no nível das estruturas profundas, e cujas diversas ordens de conversão possibilitam a descrição das

23. Bertrand, 1985.

configurações “emocionais” e “passionais” – determinam o advento das categorias descritivas. Obviamente, isso exigiria uma ampla discussão.

6. Conclusão

Em razão, antes de mais nada, de seu trabalho sobre os discursos, a semiótica tem sido levada a substituir progressivamente a noção de “verdade” pela de “eficácia”. Tal observação vale também para o fazer e o dever da própria teoria. A diversidade dos estudos realizados pelos semioticistas, que um apanhado rápido e redutor não tem condições de contemplar, ilustra em primeiro lugar a disponibilidade do modelo conceptual oferecido pela chamada teoria “padrão”. Não se pode conceder a primazia à aplicação disciplinada de procedimentos já declarados, até segunda ordem, “verdadeiros”, e não se pode tampouco assegurar que, uma vez concluída a análise, foi esgotado seu objeto. O vigor (e a sedução) de uma teoria nas ciências humanas medem-se, provavelmente, menos pela verdade final das operações analíticas que ela propõe do que pelo dinamismo conceptual produzido pela explicitação de seus postulados e pelas exigências de seu método. Essa produtividade, atestada em semiótica pela exploração contínua de novas problemáticas e pelos questionamentos que estas acarretam, é sem dúvida a melhor garantia que a teoria pode obter para evitar congelar-se num dogma e, assim procedendo, continuar a ser, ao contrário, um “projeto” aberto e receptivo.

Bibliografia

- BERTRAND, D. 1985. *L'espace et le sens. Germinale de Zola*. Paris-Amsterdam: Hadès-Benjamins.
- BORDRON, J. -F. 1984. “Ethique et véridiction”. *Actes Sémiotiques. Bulletin*, VII, 31.
- BOUACHA, A. 1981. “Alors dans le discours pédagogique”. *Langue française*, 50.

- BRANDT, P. A. ; PETITOT, J. 1982. "Quelques remarques sur la véridiction", *Actes Sémiotiques – Documents*, IV, 31.
- CALAME, Claude. 1982. "Énonciation: véricité ou convention littéraire?". *Actes Sémiotiques – Documents*, IV, 34.
- _____. 1984. "Polémique et conversation". *Actes Sémiotiques – Bulletin*, VII, 30.
- COQUET, J. -C. 1982. « L'École de Paris », in COQUET (ed.). *Sémiotique. L'École de Paris*. Paris : Hachette.
- COURTÉS, J. 1973. *Lévi-Strauss et les contraintes de la pensée mythique*. Tours : Mame.
- _____. 1976. *Introduction à la sémiotique narrative et discursive*. Paris : Hachette.
- _____. 1981. "Estime et mésestime", *Actes du Colloque d'Albi 'Langages et signification'*. Université de Toulouse-Le Mirail.
- DESCLÉS, J. -P. 1979. Présentation du programme de traitement formel et automatique des langues et du langage. In: CULIOLI, A.; DESCLÉS, J. -P. *Contribution à une théorie des opérations énonciatives et prédicatives*. Université de Paris VII, Doc. 2.
- DUCROT, O. 1980. Analyse de textes et linguistique de l'énonciation. In: DUCROT, O. et al. 1980. *Les mots du discours*. Paris : Minuit.
- FONTANILLE, J. 1980. "Le désespoir". *Actes Sémiotiques – Documents*, II, 16.
- FUCHS, C. 1981. "Les problématiques énonciatives: esquisse d'une présentation historique et critique", *DRLAV – Revue de linguistique*, Université de Paris VIII.
- GREIMAS, A. J. 1966. *Sémantique structurale*. Paris : Larousse.
- _____. 1970. Les acquis et les projets. In: COURTÉS J. *Introduction à la sémiotique narrative et discursive*.
- _____. 1976. *Maupassant. La sémiotique du texte*. Paris : Seuil.
- _____. 1981. "De la colère. Etude de sémantique lexicale". *Actes Sémiotiques – Documents*, III, 27.
- _____. 1983. "Des accidents dans les sciences dites humaines". In: GREIMAS. *Du Sens II*. Paris : Seuil.
- GREIMAS, A. J.; COURTÉS J. 1979. *Dicionário de semiótica*. Trad. Alceu Dias Lima et alii. São Paulo: Cultrix.

- GREIMAS, A. J.; LANDOWSKI, E. (eds.). 1979. *Introduction à l'analyse du discours en sciences sociales*. Paris: Hachette.
- GROUPE D'ENTREVERNES. 1979. *Analyse sémiotique des textes. Introduction : théorie-pratique*. Lyon : PUL.
- HENault, A. 1979. *Les enjeux de la sémiotique*, t. I. Paris : PUF.
- _____. 1983. *Les enjeux de la sémiotique*, t. II. Paris : PUF.
- HJELMSLEV, L. 1975. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. Trad. J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva.
- LANDOWSKI, E. 1982. "Simulacres en construction". *Langages*, 70.
- MESCHONNIC, H. 1982. *Critique du rythme. Anthropologie historique du langage*. Lagrasse: Verdier.
- MOZEJKO DE COSTA, D. T. 1984. "Énoncé et énonciation chez O. Paz". *Actes Sémiotiques – Documents*, VI, 52.
- PARRET, H. (ed.). 1983. *De la croyance. Approches épistémologiques et sémiotiques*. Berlin-New York: de Gruyter.
- PETITOT, J. 1982. "Sur la décidabilité de la véridiction". *Actes Sémiotiques – Documents*, IV, 31.
- PROPP, V. 1970. *Morphologie du conte*. Paris : Seuil.
- RICŒUR, P. 1980. "Le récit de fiction". In P. Ricœur et le Centre de Phénoménologie. *La narrativité*. Paris : CNRS.
- ZILBERBERG, C. 1981. "Alors! Raconte!". *Actes Sémiotiques – Documents*, III, 30.